Educação subdesenvolvida

JORNAL DE BRASÍLIA

Oriovisto Guimarães

21 DEZ 1990

A principal marca do subdesenvolvimento, ou dos países do Terceiro Mundo, é a crença dos povos destes países de que seus líderes políticos são os responsáveis pelas soluções dos males que os afligem.

Esta crença é, ao mesmo tempo, causa e conseqüência da impotência que domina cada um dos habitantes do Terceiro Mundo, fazendo com que estes países sejam, antes, grandes aglomeramentos humanos, com alto teor anárquico-explosivo, do que propriamente nações com uma cultura bem definida.

Não pode haver liberdade onde as regras (leis) não são claras e definidas. A constante mudança das regras colabora sobremaneira para que o indivíduo, como cidadão, inexista e seja, antes de tudo, um náufrago sem rumo.

O mar de medidas provisórias, o incrível número de projetos de lei, as inúmeras Constituições são, antes de tudo, um atestado claro de como se é subdesenvolvido e se mantém o subdesenvolvimento.

Se a profusão de leis, normas e regulamentos fizessem o progresso, o Brasil e a Índia seriam as grandes potências do planeta Terra. Na Índia, para se abrir um pequeno negócio, são necessárias mais de 200 diferentes licenças. Já, aqui, nem tanto...

O Governo, impotente, acredita-se plenipotenciário; o cidadão, impotente, permite e aceita ficar nas mãos dos políticos-burocratas-fisiológicos de plantão.

Uma justiça morosa e, às vezes, nem sempre justa e suficientemente isenta e autônoma faz parte do quadro da supra-estrutura de um país do Terceiro Mundo.

Ser amigo do rei ou dos nobres da região (prefeitos, vereadores, deputados estaduais ou federais, senadores, ministros, presidentes de estatais, burocratas graduados diversos são a nossa nobreza) e, a partir desta amizade, conseguir um emprego ou favorecimento qualquer é também parte integrante da impotente cultura terceiro-mundista.

O amor ao trabalho e à objetividade, o prestígio a quem realmente produz, a simplicidade, os direitos e deveres da cidadania, a confiança na justiça ágil são valores da cultura do Primeiro Mundo. Aqui, o que conta é o que acontece "por debaixo do pano".

O oportunismo, o fisiologismo, o descarado "é dando que se recebe", são a marca registrada dos dirigentes de um povo miserável e impotente, constantemente enganado.

Os privilégios da "nobreza burocrática" alimentam a miséria do povo e vice-versa.

O modelo educacional brasileiro não faz mais que reproduzir com perfeição nossa cultura de povo subdesenvolvido.

A reprodução se dá em dois níveis: primeiro, em sua organização administrativa e, depois, na qualidade da formação oferecida aos nossos jovens, de forma a manter intacto o **status quo** vigente.

Os poucos bons frutos deste sistema perverso não são mais que as exceções confirmando a regra.

No Brasil, 85% da educação de 1° grau está nas mãos do Estado (governos Federal, estaduais e municipais). Nosso ministro da Educação, no entanto, já produziu, em oito meses de governo, cinco medidas provisórias sobre mensalidade das escolas privadas, as quais atendem os 15% mais ricos da população, e nenhuma que melhorasse em algo a escola dos 85% mais pobres.

Em nível de 3° grau temos, nas universidades estatais, o maior custo por aluno do mundo. E estas universidades "gratuitas" atendem exatamente à parcela mais rica da população, que pode pagar um bom ensino de 1° e 2° graus nas escolas privadas.

A coerência é absoluta. A lógica é a de Robin Hood ao contrário. Protegem-se os ricos no 1° grau contra o abuso dos "monstros capitalistas" e "mercadores do ensino", que teimam em fazer boas escolas neste nível de ensino, e garante-se para os 85% mais pobres uma educação pública e gratuita de qualidade abaixo da crítica. No ensino superior, premia-se aos mais ricos com a universidade mais cara do mundo, gratuitamente, e manda-se a parte mais pobre estudar nas universidades privadas e pagas.

É claro, faz parte do **show** mandar prender donos de escolas, aplicar multas etc. Tudo não passa de um grande teatro para promover alguns. Certos cursos da USP chegam a custar Cr$ 150 mil por mês, por aluno, mas aí ninguém vai preso, pois, afinal, é muito natural neste País que o bóia-fria pague os estudos do filho do rico. Apenas para se ter uma idéia: este custo é cerca de dez vezes maior que o das melhores universidades do mundo.

O Brasil pretende, em 1991, gastar cerca de 14 bilhões de dólares (4% do PIB) com educação. Não é pouco, nem muito. Trata-se de um investimento médio. O triste é que este dinheiro será incrivelmente mal gasto.

Se somarmos todos os burocratas que trabalham no Ministério da Educação, nas secretarias de Educação dos 26 estados brasileiros, nas 4.500 secretarias municipais de Educação, creio que teremos mais de um milhão de burocratas que não entram em salas de aulas, ganhando os melhores salários, enquanto que os professores, que realmente trabalham, ganham miséria.

Mas, nisto, não há nada a estranhar. Esta é a lógica da cultura de um povo subdesenvolvido. A quem realmente produz não se deve pagar bem. Já aos burocratas é obrigatório um bom gabinete e um bom salário. É a mentalidade da corte. Aos amigos do poder, tudo. Ao povo, o trabalho.

Abençoe-se todo este quadro com a estabilidade no emprego, que na verdade, não é mais que a estabilidade da miséria salarial dos professores que realmente trabalham, e teremos, então, o quadro completo.

Como alterar-se este quadro? De onde pode vir a solução?

Não tenho dúvidas de que é necessária uma verdadeira revolução no sistema educacional brasileiro.

A educação precisa sair das mãos do Governo e passar diretamente para as mãos da sociedade civil organizada dos professores e das famílias.

As 4.500 secretarias municipais de Educação, as 26 secretarias estaduais e o próprio MEC não fazem sentido e são uma estrutura superada na sua forma e conteúdo.

O dinheiro da educação — 25% da arrecadação tributária dos municípios e estados, além de 18% da arrecadação da União, conforme o estabelecido na Constituição — precisa sair dos complicados orçamentos municipais, estaduais e federais, ficar livre do jogo político, ir direto para quem realmente faz educação.

Isto é simples e possível. Escrevi um livro sobre o assunto: **Você é Dono da Escola**. Seria ótimo que os professores o lessem.

Se aplicarmos todos os recursos disponíveis — cerca de 14 bilhões de dólares — com absoluta produtividade e prioridade para o ensino básico (1ª a 8ª séries), teremos em pouco tempo um outro país.

Quando os professores, que realmente trabalham, descobrirem que o resgate de sua dignidade profissional passa pelo fim da estabilidade no emprego e pela autogestão das escolas estatais, com o fim de toda a parafernália burocrática que o oprime e explora seu trabalho, aí, sim, teremos chance de ser um País do Primeiro Mundo. Até lá, vamos nos limitar a discutir as mensalidades das escolas privadas, que atendem a 15% de nossas crianças e que tendem ao desaparecimento em função de uma política que desestimula o setor.

☐ ***Oriovisto Guimarães*, professor e economista, é presidente da Sociedade Educacional Positivo Ltda.**